



## DESTAQUES DE 3 A 7 DE FEVEREIRO

### NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

#### ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

##### ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

###### [Proposta de Lei 204/XII](#)

Aprova o procedimento extrajudicial pré-executivo.

Autoria Governo

###### [Proposta de Lei 205/XII](#)

Procede a alterações ao Decreto-Lei n.º 189/2000, de 12 de agosto ao Decreto-Lei n.º 134/2005, de 16 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 189/2008, de 24 de Setembro, ao Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de Junho e ao regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 48-A/2010, de 13 de Maio.

Autoria Governo

###### [Projecto de Lei 505/XII](#)

Primeira alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de Novembro, que cria um regime extraordinário de protecção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil.

Autoria PS

###### [Projecto de Lei 506/XII](#)

Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem actividades de comunicação social.

Autoria PS

## ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 203/XII](#)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de facturação e contra-ordenacional

[Decreto da Assembleia 204/XII](#)

Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

## BOMBEIROS

[Portaria n.º 32-A/2014. D.R. n.º 27, 3.º Suplemento, Série I de 2014-02-07](#)

Ministério da Administração Interna

Define o regime aplicável ao serviço operacional das várias carreiras de bombeiro voluntário do quadro activo e revoga a [Portaria n.º 571/2008](#), de 3 de Julho

[Portaria n.º 32-B/2014. D.R. n.º 27, 3.º Suplemento, Série I de 2014-02-07](#)

Ministério da Administração Interna

Primeira alteração ao Regulamento Disciplinar dos Bombeiros Voluntários, aprovado pela [Portaria n.º 703/2008](#), de 30 de Julho

## DIREITO PÚBLICO

[Decreto-Lei n.º 16/2014. D.R. n.º 23, Série I de 2014-02-03](#)

Ministério da Agricultura e do Mar

Estabelece o regime de transferência da jurisdição portuária directa dos portos de pesca e marinas de recreio do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., para a Docapesca - Portos e Lotas, S. A.

## ENERGIA

[Portaria n.º 27/2014. D.R. n.º 24, Série I de 2014-02-04](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Fixa a data para os comercializadores de último recurso continuarem a fornecer electricidade a clientes finais com consumos em AT, MT e BTE que não tenham contratado no mercado livre o seu fornecimento

[Despacho n.º 1873/2014. D.R. n.º 26, Série II de 2014-02-06](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia

Determina, ao abrigo do disposto no artigo 3.º da Portaria n.º 288/2013, de 20 de Setembro, o pagamento a efectuar por parte dos centros electroprodutores

## FINANCEIRO

[Aviso n.º 1692/2014. D.R. n.º 25, Série II de 2014-02-05](#)

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E.

Condições gerais da série «OT 5,65 % - Fevereiro 2024» - Obrigações do Tesouro

[Relatório da Comissão Especial para o Acompanhamento do Processo de Privatização Dos CTI](#)

BANCO DE PORTUGAL

[Plano de Cooperação do Banco de Portugal para 2014](#)

[Plano Estratégico do Banco de Portugal 2014-2016](#)

## FISCAL

[Despacho n.º 1962/2014. D.R. n.º 27, Série II de 2014-02-07](#)

Ministérios das Finanças e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinetes do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Nomeia a Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde - 2014

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Deduções, benefícios fiscais e taxas no IRS para 2014 \(rendimentos de 2013\)](#)

[Simulador do Cálculo do Imposto Sobre Veículos \(2014\)](#)

[IRS - Regime Fiscal para o residente não habitual](#)

## PENAL

[Lei n.º 4/2014. D.R. n.º 27, Série I de 2014-02-07](#)

Assembleia da República

Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infracções rodoviárias com utilização de veículo matriculado num Estado membro distinto daquele onde a infracção foi cometida, e transpõe a Diretiva n.º [2011/82/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Outubro, que visa facilitar o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infracções às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária

[Despacho n.º 1652/2014. D.R. n.º 23, Série II de 2014-02-03](#)

Ministério da Administração Interna - Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Aprovação dos modelos de requerimentos previstos na alínea d) do n.º 2 e no n.º 5 do artigo 171.º da Lei n.º 72/2013, de 3 Setembro (Código da Estrada)

## PRIVACIDADE

[Parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos sobre o acesso à informação de saúde constante de documentos administrativos](#)

## PROVEDOR DA JUSTIÇA

[Provedor de Justiça solicita ao Tribunal Constitucional a apreciação de três segmentos de normas](#)

O Provedor de Justiça pediu ao Tribunal Constitucional a valoração de inconstitucionalidade de três segmentos normativos, a saber: (i) da alínea a), do n.º 1, e o n.º 4, do artigo 6.º da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de Junho, que instituiu o Rendimento Social de Inserção (RSI); (ii) da alínea r), do n.º 9, do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro que aprova a Lei do Orçamento do Estado para 2014 (LOE2014); (iii) dos n.ºs 1, 5 e 6 do artigo 117.º da LOE2014.

## SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 19/2014. D.R. n.º 25, Série I de 2014-02-05](#)

Ministério da Saúde

Procede à quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 48-A/2010](#), de 13 de maio, que aprova o regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, e à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 112/2011](#), de 29 de Novembro, que aprova o regime da formação do preço dos medicamentos sujeitos a receita médica e dos medicamentos não sujeitos a receita médica participado

## TERCEIRO SECTOR

[Portaria n.º 31/2014. D.R. n.º 25, Série I de 2014-02-05](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Estabelece os termos de operacionalização do funcionamento do Fundo de Reestruturação do Sector Social

## TRABALHO E EMPREGO

[Declaração de Rectificação n.º 5/2014. D.R. n.º 23, Série I de 2014-02-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica a [Portaria n.º 17/2014](#), de 27 de Janeiro, do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, que procede à primeira alteração à [Portaria n.º 286-A/2013](#), de 16 de Setembro que cria a medida Incentivo Emprego, publicada no Diário da República n.º 18, 1.ª série, de 27 de Janeiro de 2014

## TRANSPORTE MERCADORIAS

[Decreto-Lei n.º 19-A/2014, D.R. n.º 27, Suplemento, Série I de 2014-02-07](#)

Ministério da Economia

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 41-A/2010](#), de 29 de Abril, relativo ao transporte terrestre de mercadorias perigosas, transpondo a Diretiva n.º [2012/45/UE](#), da Comissão, de 3 de Dezembro

## TRIBUNAIS

[Declaração de Rectificação n.º 7/2014, D.R. n.º 27, Série I de 2014-02-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica a [Portaria n.º 368/2013](#), de 24 de Dezembro, da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério da Justiça, que aprova o Regulamento de Conservação Arquivística dos Tribunais Judiciais e dos Tribunais Administrativos e Fiscais e revoga a [Portaria n.º 1003/99](#), de 10 de Novembro, publicada no Diário da República n.º 249, 1.ª série, de 24 de Dezembro de 2013

# UNIÃO EUROPEIA

## JORNAL OFICIAL DA EU

### ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

Regulamento (UE) n.o 97/2014 da Comissão, de 3 de Fevereiro de 2014, que [altera o anexo III do Regulamento \(CE\) n.o 110/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à definição, designação, apresentação, rotulagem e protecção das indicações geográficas das bebidas espirituosas](#)

Regulamento (UE) n.o 98/2014 da Comissão, de 3 de Fevereiro de 2014, que [altera os anexos II e III do Regulamento \(CE\) n.o 110/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à definição, designação, apresentação, rotulagem e protecção das indicações geográficas das bebidas espirituosas](#)

Regulamento (UE) n.o 100/2014 da Comissão, de 5 de Fevereiro de 2014, que altera o Regulamento (CE) n.o 748/2009, relativo à [lista de operadores de aeronaves que realizaram uma das actividades de aviação enumeradas no anexo I da Diretiva 2003/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho em ou após 1 de Janeiro de 2006, inclusive, com indicação do Estado-Membro responsável em relação a cada operador de aeronave](#)

## INFORMAÇÕES

Autoridade Europeia para a Protecção de Dados

Síntese do parecer da Autoridade Europeia para a Protecção de Dados sobre uma proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à prevenção da [utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo](#) e uma proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às informações que acompanham as transferências de fundos

Síntese do parecer da Autoridade Europeia para a Protecção de Dados sobre a Comunicação Conjunta da Comissão e da Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança intitulada «[Estratégia da União Europeia para a cibersegurança: um ciberespaço aberto, seguro e protegido](#)», e sobre a [proposta da Comissão para uma Diretiva relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União](#)

Síntese do parecer da Autoridade Europeia para a Protecção de Dados sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que aproxima as legislações dos Estados-Membros em [matéria de marcas \(reformulação\) e a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento \(CE\) n.º 207/2009 do Conselho sobre a marca comunitária](#)

Síntese do parecer da Autoridade Europeia para a Protecção de Dados sobre a [Proposta de um Regulamento que estabelece um Sistema de Entrada/Saída \(EES\) e de um Regulamento que estabelece um Programa de Viajantes Registados \(RTP\)](#)

Síntese do Parecer da Autoridade Europeia para a Protecção de Dados sobre a [proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à facturação electrónica nos contratos públicos](#)

Sumário Executivo do Parecer da Autoridade Europeia de Protecção de Dados sobre [uma proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos serviços de pagamento no mercado interno, que altera as Directivas 2002/65/CE, 2006/48/CE e 2009/110/CE e que revoga a Diretiva 2007/64/CE, e uma proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a comissões de intercâmbio aplicáveis a operações de associadas a cartões](#)

## COMISSÃO EUROPEIA

[São necessários mais esforços para acabar com a corrupção, diz a EU](#)

De acordo com um relatório da UE publicado esta semana, a corrupção continua a ser um problema à escala europeia, sendo necessário intensificar os esforços para a evitar.

[Detenção: Comissão insta os Estados-Membros a aplicarem as normas comuns às pessoas condenadas ou que aguardam julgamento noutro país da EU](#)

Segundo um relatório hoje publicado pela Comissão Europeia, as normas comuns unanimemente adoptadas pelos Estados-Membros em matéria de detenção ainda só foram transpostas por cerca de metade dos 28 Estados-Membros da UE.

Consulta pública

Energia:

[Consulta aberta sobre os progressos realizados quanto ao objectivo de eficiência energética previsto para 2020 e ao quadro político para a eficiência energética previsto para 2030](#)

07.02.2014 – 28.04.2014

Transportes:

[Um mecanismo de financiamento em favor de serviços de transporte de mercadorias eficientes e sustentáveis](#)

06.02.2014 – 02.04.2014

## PARLAMENTO EUROPEU

[Mecanismo único de resolução dos bancos: PE confirma mandato forte de negociação](#)

A posição mais ambiciosa sobre o mecanismo único de resolução dos bancos que tem sido adoptada pela equipa liderada por Elisa Ferreira nas negociações com o Conselho teve o apoio maioritário do Parlamento Europeu. O mandato de negociação foi confirmado por 441 votos a favor, 141 contra e 17 abstenções. O objectivo da proposta é evitar mais custos para os contribuintes em caso de futuras crises bancárias, proteger os depósitos e limitar os danos das falências.

[SEPA: o desafio da harmonização de pagamentos na Europa](#)

Os bancos e as empresas têm até 1 de agosto de 2014 para respeitar as novas normas para as transferências a crédito e os débitos directos, decidiu o Parlamento Europeu a 4 de Fevereiro. Os eurodeputados aprovaram este período transitório adicional para evitar problemas nos pagamentos como resultado dos atrasos na implementação das novas normas.

## PORTAL DO GOVERNO

### COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Na generalidade, um diploma que procede à regulamentação da Lei da Organização do Sistema Judiciário e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais.
- Criação do sorteio «Factura da Sorte», um sorteio de facturas emitidas e comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).
- A transposição de um artigo da nova directiva da União Europeia relativa à prevenção de riscos e controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas.
- Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

(...)

### REFORMA JUDICIÁRIA - NOVO MAPA JUDICIÁRIO

[A reforma do Mapa Judicial](#), aprovada em Conselho de Ministros, insere-se num vasto conjunto de medidas legislativas na área da Justiça que o Governo já realizou e tem em curso.

É no contexto desta reforma estrutural no âmbito da justiça que surge agora a Reforma do Mapa Judicial, através do diploma que procede à regulamentação da Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais (ROFTJ).

A reorganização do sistema judiciário dá corpo aos objectivos estratégicos fixados por este Governo, assentes em três pilares fundamentais: O alargamento da base territorial das circunscrições judiciais, que passam a coincidir, em regra, com as centralidades sociais correspondentes aos distritos administrativos; a instalação de jurisdições especializadas a nível nacional; e a implementação de um novo modelo de gestão das comarcas.

---

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.

---



“Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano”  
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012



“Sociedade de Advogados Ibérica do Ano”  
The Lawyer European Awards, 2012



“25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa”  
Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011-2013

